

TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Elza Tie Fujita

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre trabalho, educação e formação docente no contexto capitalista, a fim de entender os mecanismos utilizados pela classe dominante para conservar a hegemonia política no sistema capitalista. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de delineamento qualitativo pautada nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético e em autores que se apoiaram nesta perspectiva teórica. Por meio deste estudo foi possível constatar que a organização capitalista desempenha um importante papel no contexto educacional, determinando o tipo de sujeito que as instituições escolares devem formar. Neste sentido, considera-se que a apropriação teórica dos principais pressupostos históricos que permeiam a organização escolar desde os primórdios é fundamental, pois, a partir destas apropriações o educador terá todo um arcabouço teórico para promover a discussão e a reflexão crítica dos problemas que afetam o fazer pedagógico em sala de aula.

Palavras-chave: Formação Docente; Educação e Trabalho; Práxis Educativa; Formação Humana; Materialismos Histórico-dialético

Introdução

A construção da história vem sendo produzida ao longo do tempo por meio das práticas humanas expressas nas organizações sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais, sendo esta última provedora da emancipação humana. A escola representa a fonte fundamental para elaboração e organização dos conceitos carregados por toda uma vida, permitindo assim, que o homem possa entender, produzir e ressignificar sua história. Percebe-se assim, o quão fundamental é a prática dos fazeres humanos para a formação histórica de uma sociedade, seja para prosperar ou prejudicar, pois ambas as situações são decorrente da práxis humana como caminho que define marcas culturais, sociais, econômicas, políticas, morais, entre outras.

Desta forma, destacamos a importância da apropriação da produção humana enquanto processo histórico a fim de possibilitar a compreensão dos determinantes que interferem na formação humana. Sabe-se que o contexto educacional é fortemente influenciado por questões econômicas, culturais e sociais, sendo esses os principais determinantes que direcionam as políticas do país. Dessa forma, ao analisar determinado objeto, é imprescindível ter uma visão da totalidade, a fim de visualizar elementos que não apenas explicitam a relação do objeto com a situação histórica concreta vivida, mas perceber as contradições presentes no contexto. Contudo, a totalidade só pode ser visualizada em situações históricas concretas. No caso da educação, é imprescindível considerar a sua relação com o sistema de acumulação de capital e

os aspectos contraditórios.

Pressupõe-se que a formação humana assim como as questões educacionais relacionadas à práxis educativa estão subordinadas às leis que regem o mercado produtivo. Desta forma, torna-se imprescindível considerar os mecanismos que o sistema político e econômico impõe na organização do sistema educacional.

Estatisticamente, o Brasil conseguiu que mais pessoas tivessem acesso à educação escolar, mas se analisarmos a quem serve a educação, constatamos que a educação continua servindo de ferramenta para a manutenção do sistema capitalista que organiza e cria seu próprio plano de educação, visando os interesses econômicos e políticos.

Segundo Saviani (2014, p. 69), a política educacional está direcionada para a obtenção de resultados com o mínimo de investimento possível. No cenário de formação de professores, percebe-se uma dicotomia, ou seja, a formação do professor técnico, cuja, a prática pedagógica está voltada para a aplicação de regras de conduta e de conteúdos. E do professor culto, que “[...] é aquele que domina os fundamentos científicos e filosóficos que lhe permitem compreender o desenvolvimento da humanidade e, a partir daí, realiza um trabalho profundo de formação dos alunos a ele confiados.” No contexto atual, é possível perceber o predomínio da formação técnica por meio dos cursos de curta duração incentivados pelos governos.

Partindo deste pressuposto, o presente trabalho tem o propósito de discutir a relação entre trabalho, educação e formação docente no contexto capitalista, a fim de entender os mecanismos utilizados pela classe dominante para manter sua hegemonia política, e assim, propor encaminhamentos para uma educação que tenha como objetivo desenvolver plenamente as potencialidades humanas, visando à emancipação do sujeito.

Salienta-se que para a efetivação deste trabalho optamos por uma pesquisa descritiva e bibliográfica de delineamento qualitativo, pois a pesquisa qualitativa tem como pressuposto buscar a compreensão do objeto de estudo, no qual “[...] são priorizadas descrições, comparações e interpretações [...]” (BUFREM, 2011, p. 8). A pesquisa qualitativa permite a percepção de relações contraditórias estabelecidas entre os diversos elementos, facilitando a apreensão de fatores ocultos e a compreensão e apreensão da realidade social. Importante ressaltar que o recorrente trabalho está vinculado ao Programa Observatório da Educação (OBEDUC), da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que tem como proposta analisar e compreender os indicadores divulgados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a fim de identificar os problemas e dificuldades de aprendizagem e assim, propor encaminhamentos, integrando teoria e prática com o objetivo de promover a melhoria da

práxis pedagógica, o desenvolvimento pleno dos alunos e sua permanência no contexto escolar.

As considerações e análise realizadas no decorrer deste trabalho foram pautadas nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético e em autores que se apoiaram nesta perspectiva, pois, considera-se necessário a articulação entre o conhecimento e uma teoria que organiza as respostas obtidas a partir dos questionamentos sobre a realidade a fim de garantir maior rigor científico na produção do conhecimento, assegurando assim o caráter transformador, além de reduzir o risco de transformar o conhecimento científico em um saber apenas técnico a serviço de uma classe dominante. (GAMBOA, 2011).

Relação entre Trabalho e Educação no Contexto Capitalista

De acordo com os pressupostos de Marx (1982), a primeira premissa que devemos considerar é a existência humana, ou seja, a constatação da organização física e o modo como o homem modifica o meio e se modifica a fim de produzir sua vida material.

Percebe-se que a produção dos meios de vida depende das condições materiais e das necessidades humanas, sejam elas individuais, grupais ou sociais, pois, foram estas necessidades que contribuíram para o desenvolvimento histórico humano, assim como, para o desenvolvimento das capacidades, organizações e consciência de adaptação da natureza a si. Conforme explica Braz e Netto (2008, p. 29),

[...] é o estudo das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos meios materiais que permitem a satisfação das necessidades dos homens, historicamente determinadas. Tais meios - que, em seu conjunto, representam a riqueza social - asseguram aquela satisfação, sem a qual a sociedade não pode manter-se e reproduzir-se.

Nota-se que, nesta perspectiva, as relações sociais recorrentes das atividades econômicas que envolvem a produção e distribuição dos materiais para a satisfação das necessidades humanas é um dos objetos centrais da atividade humana. Neste processo, o trabalho é uma das dimensões chaves para a compreensão da totalidade. Para Marx (1982), o trabalho é uma atividade previamente pensada, ou seja, orientada, que tem como pressuposto transformar a natureza por meio da utilização de instrumentos a fim de satisfazer as necessidades humanas. Para Braz e Netto (2008, p. 32), “o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito.” Ao mesmo tempo em que o trabalho transforma a natureza, ocorre também a transformação do

próprio ser social e do seu contexto.

Por meio das experiências imediatas do trabalho, surge a necessidade de estimular e generalizar os saberes produzidos até então, por meio da linguagem articulada, possibilitando ao homem o desenvolvimento da consciência e a expressão de suas representações de mundo, isto é, “[...] o ser social toma a sua atividade e se toma a si mesmo como objeto de reflexão; através dela, o ser social conhece a natureza e se conhece a si mesmo.” (BRAZ; NETTO, 2008, p.41-42).

A constituição do ser social ocorre por meio do trabalho, pois neste processo o homem vai se diferenciando do ser natural, efetivando seu processo de humanização, à medida que suas objetivações vão se tornando mais complexas.

[...] O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias. No ser social desenvolvido, o trabalho é uma das suas objetivações - e, como já assinalamos, quanto mais rico for o ser social, tanto mais diversificado e complexas são suas objetivações. (BRAZ; NETTO, 2008, p. 43)

Nesta perspectiva, é pelo trabalho que se torna possível apreender a riqueza do ser social, entretanto, convém destacar que o trabalho pode apresentar outros delineamentos, revelando as objetivações enquanto uma força exterior e transcendente que aliena o sujeito.

Com a ascensão do sistema capitalista ocorre a consolidação de um novo modo de produção e a formação de uma classe social burguesa. O modo de produção capitalista consiste em atribuir a um produto não apenas um valor de uso, mas também um valor de troca, transformando o produto em mercadoria. A produção de mercadoria passa a ser uma forma de geração de riquezas e acúmulo de capital. Dessa forma, no capitalismo o dono do capital compra a força de trabalho, tendo como pressuposto produzir o máximo de mercadoria possível, visando o lucro. E essa diferença entre o preço pago pela força do trabalho e o produto dessa força de trabalho (mercadoria) gera a mais valia, ou seja, o lucro que o trabalhador cria além do valor do seu salário.

Harvey (1994) explica que o sistema capitalista está pautado na exploração do trabalho humano e na produção dinâmica, em virtude dos processos tecnológicos e organizacionais que a cada dia vem se aperfeiçoando. Como consequência, na configuração do capitalismo atual percebe-se que entre os trabalhadores se instalou um acirramento da competitividade; ampliando assim a exclusão social, a perda de direitos, da estabilidade no trabalho e da regulação salarial.

Nota-se que com apropriação privada dos meios de produção, com o desenvolvimento

das forças produtivas e com a exploração do homem pelo homem, o ser social, deixa de se reconhecer como ser de possibilidades, passando a não se reconhecer no que faz, pois, no sistema capitalista a ênfase esta em gerar lucros e não necessariamente em satisfazer a necessidade de objetivações humanas. Isso não ocorre apenas com a produção de mercadorias, se dá também com a produção da vida, com a produção do sentido da existência.

Neste contexto, a escola torna-se sinônimo de agência educativa vinculada à necessidade de progresso, de comportamento civilizados e de formação para a cidadania e para o trabalho. A divisão da sociedade em classes marca o papel da escola no qual o contexto escolar é organizado conforme os preceitos da classe dominante. Percebe-se que o sistema de ensino reproduz a constituição da sociedade, pois o acesso ao saber elaborado ainda se encontra restrito à classe dominante, visto que somente as classes mais abastadas têm acesso a um ensino de qualidade, enquanto a maior parte da população trabalhadora tem acesso somente à escolarização básica ou ficam restritas a habilitações profissionais.

Saviani (1996) explica que o saber é força produtiva. Desta forma, como os meios de produção são de propriedade privada, à medida que o saber se generaliza e é apropriado por todos, a força produtiva deixar de ser propriedade privada. Mas, o trabalhador não pode ter acesso ao saber elaborado, pois isso colocaria em risco a classe dominante. É preciso oferecer o saber em doses homeopáticas de forma que os trabalhadores adquiram somente o essencial para trabalhar.

Essa contradição foi resolvida no próprio processo de produção, como exemplo podemos citar o Taylorismo que, por meio do estudo dos movimentos e do tempo, elaborou e sistematizou como o trabalhador executava seu trabalho e quais o conhecimento que eles dominavam, desapropriando os trabalhadores do seu saber sistemático do conjunto do processo de produtivo tornando assim, domínio da classe dominante. (MARX; ENGELS, 2004).

O saber do trabalhador foi apreendido no todo e fragmentado em partes, no qual cada trabalhador passa a dominar somente uma parcela de todo o processo de produção coletiva. O conhecimento total do processo passa a ser de propriedade da empresa. Esse modelo de trabalho se fundamenta na fragmentação no qual a atividade intelectual e material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo caibam em indivíduos distintos. Dessa forma, tanto a escola como as relações sociais e produtivas se educam para essa divisão. A ciência e o seu desenvolvimento social beneficiam somente ao capital, aumentando mais a alienação dos trabalhadores.

Destarte, a escola materializa essa divisão quando separa teoria e prática. Esse fator ocorre porque a sistematização assim como os instrumentos materiais para a elaboração do

conhecimento pertence à classe dominante. “Assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão”. (KUENZER, 2005, p. 3).

Nota-se neste contexto, que o papel do Estado consiste somente em melhorar as estatísticas educacionais por meio de medidas que tem como pressuposto minimizar os efeitos da precarização escolar decorrente do processo de exploração econômica. Uma das estratégias utilizadas pelo governo está na substituição da escolarização básica por cursos aligeirados de formação profissional, visando somente à certificação. Essa certificação vazia a primeira vista pode ser tomada como um processo de inclusão, no entanto, a má qualificação do sujeito promove a exclusão do mundo do trabalho e dos direitos e formas dignas de existência.

Dessa forma, segundo Kuenzer (2005, p. 15), “[...] através dos processos de inclusão excludente, a educação escolar e não escolar se articula dialeticamente aos processos de exclusão incluyente existentes no mundo do trabalho[...]”, pois fornece às empresas “[...] a força de trabalho disciplinada técnica e socialmente, na medida das suas necessidades [...]”, conforme a pedagogia das competências.

De maneira geral, as reformas educacionais que a escola vem sofrendo tem causado uma compreensão equivocada no papel social da escola e os docentes são os mais prejudicados, pois estamos assistindo a cada dia um acúmulo de atividades e a falta de preparação profissional dos docentes para lidar com essas novas exigências atribuídas à escola.

A formação docente está voltada para desenvolver as “competências” dos alunos, a fim de suprir as exigências do mercado de trabalho, acarretando assim, o esvaziamento do conteúdo didático, reduzindo a escola em uma instituição que tem como objetivo formar mão de obra qualificada pra suprir as necessidades do capital. Nesse sentido, o educador necessita

[...] compreender historicamente os processos de formação humana em suas articulações com a vida social e produtiva, as teorias e os processos pedagógicos, de modo a ser capaz de produzir conhecimento em educação e intervir de modo competente nos processos pedagógicos amplos e específicos, institucionais e não institucionais, com base em uma determinada concepção de sociedade. (KUENZER, 1999, p. 170).

Destarte, torna-se necessário que o educador organize sua prática pedagógica com o intuito de levar o aluno a desenvolver uma leitura crítica acerca do conteúdo estudado em suas várias dimensões, passando do conhecimento de senso comum para o científico.

Faz-se importante salientar que o educador tem como compromisso dominar conteúdos não só da sua área, mas transpô-lo em situações educativas, ter conhecimentos acerca do

processo no qual ocorre a aprendizagem em cada etapa do desenvolvimento do sujeito, além de saber sistematizar e planejar os procedimentos pedagógicos e metodológicos que irá utilizar em sala de aula.

Justifica-se assim a necessidade do educador estar em constante processo de formação, pois é preciso que o mesmo tenha uma leitura de mundo em seus aspectos gerais, assim como dos procedimentos pedagógicos que poderá estar usando em sala de aula.

É relevante destacar que a educação deve ter como pressuposto a busca por caminhos que permitam a apropriação das objetivações humanas enquanto processo histórico a fim de efetivar a formação humana de maneira plena, universal, e não somente a formação unilateral para o trabalho.

Práxis Educativa e sua relação com a organização do trabalho no mundo contemporâneo

A escola por ser instituição social que agrega sujeitos dos mais diversos setores sociais é diretamente influenciada pelas políticas educacionais que são impostas pelo Estado de acordo com seus interesses. Nesta perspectiva, o trabalho docente não pode ser entendido sem levar em consideração as múltiplas determinações sociais que ocorrem no contexto contemporâneo.

A organização do trabalho e da produção ocasiona um novo protótipo de sujeito com novas atitudes, comportamentos, valores e organização social capaz de se ajustar ao modo de produção vigente. Percebe-se que conforme vão correndo mudanças nas bases materiais de produção, ocorre também a necessidade de capacitar o trabalhador para atender as demandas do capitalismo, que se mostra cada vez mais esvaziado, agravando cada vez mais a da polarização de competências.

Este contexto interfere diretamente na práxis docente, pois em uma sociedade que se constitui conforme os preceitos do sistema capitalista, conseqüentemente terá como pressuposto efetivar a organização do trabalho pedagógico pautado no projeto hegemônico da classe dominante, ou seja, atender as demandas educacionais tendo em vista a divisão entre pensamento e ação com atribuições delimitadas que definem o lugar de cada sujeito conforme sua classe social. Apesar do discurso enfatizar a necessidade de unificar o saber teórico a prática, percebe-se a inviabilidade de se alcançar a totalidade e qualidade no trabalho docente, pois não ocorre a “[...] possibilidade de existência de práticas pedagógicas autônomas; apenas contraditórias, cuja direção depende das opções políticas da escola e dos profissionais da

educação no processo de materialização do projeto político pedagógico”. (KUENZER, 2005, p.13).

Nota-se que ainda persiste na contemporaneidade o fazer pedagógico centrado em atividades propostas de forma linear, mecânicas e descontextualizada da realidade do aluno, tornando a atividade pedagógica em um trabalho do aluno para a escola que tem como objetivo a obtenção de resultados quantitativo para sua aprovação no ano letivo.

É este trabalho pedagógico permeado pela alienação caracterizado pela ausência total da reflexão em torno da prática docente que não forma consciência crítica em torno da prática educativa, cujo fim seria o de desenvolver a capacidade de discernir, de analisar. Despido de criticidade e de autocrítica, o trabalho pedagógico se veste de certezas e foge dos temas polêmicos. (PADILHA, 2002, p. 05)

Essa prática pedagógica contribui para a formação de indivíduos alheios a compreensão das dimensões que permeiam as transformações da atualidade, e como consequência esses indivíduos continuam aceitando passivamente os acontecimentos que interferem em nossas condições de vida. Padilha (2002) explica que a cultura imposta pelo sistema capitalista produz uma consciência unidimensional, ou seja, imune a reflexão e que se rende ao imediatismo causando uma (in)ação.

[...] isto faz pensar que a prática pedagógica garante, em grande parte, a perpetuação segura e estável da forma de pensar fragmentada, do ensino por doses, avaliado e descartado sem compromissos com a história. Prática pedagógica cotidiana e comum a todos os homens que garante o ideário do operário padrão, do vale-transporte, do vale-almoço, do vale saber como necessidades naturais, eternas. (PADILHA, 2002, p. 11)

Assim, torna-se necessário apreender a analisar os fatos, as relações sociais e os comportamentos na sua totalidade. A prática pedagógica deve procurar levantar a contradição existente na organização da nossa sociedade a fim de suscitar um novo método de leitura de mundo.

Segundo Barreto (2012), as políticas educacionais depositam a grande responsabilidade de melhoria na qualidade da educação aos professores, e ao mesmo tempo em que é concedida uma maior autonomia aumenta também sua carga de trabalho e suas responsabilidades sem que o sistema de ensino ofereça o devido suporte. A atual configuração educacional

[...] remete à desqualificação do res a uma espécie de técnicos fas, desumanizando o trabalho. Diante disso, a escola, situada entre os embates do capital e do trabalho acaba sendo çã de trabalho para a manutenção das relações de produção vigentes. (FERNANDES, ORSO, 2010, p. 11)

Diante deste cenário, percebe-se que o trabalho docente se encontra subordinado as leis de mercado, no qual vem ocorrendo uma crescente intensificação no ritmo do trabalho e de atividades exigidas pela escola, além desses fatores, o professor tem se deparado com outros problemas como a indisciplina em sala de aula, violência, deficiência na formação inicial e na formação continuada.

Esses fatores somados à insuficiência de recursos destinados à educação coloca o educador diante de um desafio a ser enfrentado, exigindo assim uma formação profissional sólida e o compromisso com o processo de democratização dos conhecimentos científicos a fim de propiciar aos alunos uma formação crítica e humanizada de forma que os mesmos possam participar ativamente da vida social e produtiva.

Neste contexto, é necessário que tanto escola como as instituições de formação docente se renovem com o intuito de buscar a superação da concepção tradicional. Deve-se considerar o professor de forma integral, ou seja, homem/cidadão/professor inserido em um determinado espaço e contexto a fim de compreender a sua personalidade, enquanto construção realizada no intercâmbio do mundo e consigo mesmo.

De acordo com Pinto (1991), a formação docente deve propiciar a conscientização do educador de que sua atividade é eminentemente social no qual todos os setores da sociedade se relacionam e se influenciam mutuamente. Destarte, o educador necessita

[...] incrementar seus conhecimentos e atualiza-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar sua autoconsciência crítica sua conduta e seu desempenho, com a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade. (PINTO, 1991,p. 113)

Importante salientar que a formação docente se realiza tanto pela via externa como pela via interna, isto é, pela reflexão crítica de seu papel na sociedade e da sua atuação pedagógica. Martins (2007) explica que a formação do professor reflexivo, que busca o desenvolvimento pessoal e profissional é de suma importância para o enfrentamento de crises

e mudanças, pois a reflexão é um instrumento fundamental para o desenvolvimento da ação, do pensamento e da efetivação de estratégias e procedimentos formativos.

Considerações Finais

A discussão realizada ao longo do texto permitiu compreender que a educação sistematizada desempenha um importante papel na formação do sujeito, pois é por meio destas apropriações que o sujeito tem acesso aos conhecimentos científicos produzidos historicamente ao longo do tempo.

Percebe-se que a educação escolar se organiza de acordo com contexto no qual esta inserida. Acompanhando e articulando-se às transformações do modo como o homem se organiza e produz sua existência. (LOMBARDI, 2012).

Com a consolidação do sistema capitalista o trabalhador sofre a expropriação do conhecimento integral do processo produtivo e a escola passa a representar um instrumento ideológico de dominação de uma classe, quando se rende a fragmentação dos conteúdos passando a educar o sujeito para se inserir no mundo do trabalho alienado. Nota-se assim, que a organização capitalista desempenha um importante papel no contexto educacional, pois esta determina o tipo de sujeito que as instituições escolares devem formar por meio do direcionamento das políticas educacionais voltadas para as exigências do mercado de trabalho, tornando a escola uma instituição a serviço do sistema econômico vigente.

Entretanto, é importante salientar que a escola, enquanto espaço de construção do saber histórico, deve proporcionar ao sujeito acesso aos conhecimentos científicos para que o mesmo possa se apropriar de elementos políticos, econômicos, filosóficos e culturais que os instrumentalizem na luta contra as condições de alienação e exploração a que estão sujeitos.

Diante dos inúmeros percalços que o sistema educacional enfrenta, a escola não consegue promover a assimilação e a construção do conhecimento científico e assim formar cidadãos capazes de mudar essa realidade. Neste contexto, é importante considerar que a ação docente nos dias atuais envolve uma complexidade de determinantes e uma rotina pedagógica intensa, causando aos educadores uma exaustão emocional decorrentes dos desafios que enfrentam no seu cotidiano, tornando-o suscetível as dificuldades que prejudicam a efetivação da práxis pedagógica.

Deste modo, consideramos que o educador deve se apropriar do conhecimento histórico que permeia a organização escolar desde os primórdios, a fim de refletir e buscar encaminhamentos com o intuito de direcionar sua práxis educativa tendo sempre em vista as

possibilidades e fins do ato educativo.

De maneira geral, os cursos de formação docente devem propiciar mecanismos de resistência à ideologia capitalista por meio de estudos teóricos e filosóficos, a fim de instrumentalizar o professor, para posteriormente suscitar a reflexão crítica acerca do seu fazer pedagógico assim como da relação escola e sociedade, da função social da escola e a especificidade do ato educativo, pois a todo momento surgem discursos, metodologias, categorias e conceitos que descaracterizam a verdadeira função da escola, causando um esvaziamento do trabalho educacional. Assim sendo, é de fundamental importância que o educador tenha uma concepção teórica e filosófica que oriente sua práxis educativa.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. *Políticas de currículo e avaliação e políticas docentes*. Cadernos de Pesquisa, v. 42, p. 738, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742012000300005&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 abr. 2014.

BUFREM, Leilah Santiago. Questões de metodologia - parte 1. *Revista Atoz: novas práticas em informação e conhecimento*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 4-10, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.atoz.ufpr.br/index.php/atoz/article/view/10/49>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Hélio Clemente. ORSO, Paulino José. *O Trabalho Docente: pauperização, precarização e proletarização*. Diss. Dissertação de mestrado em Educação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2010. Mimeo, 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_files/PyzH1GvQ.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sanchez. Os projetos de pesquisa: alguns fundamentos lógicos necessários. In: MIRANDA, E. y PACIULLI BRYAN, N.; (Editores). *(Re)pensar la educación pública: aportes desde Argentina y Brasil*, Córdoba: Ed Universidad Nacional de Córdoba, 2011. p.121-150.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Loyola: São Paulo, 1994.

KUENZER, A. Z. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, SP: Dez/1999 _ n. 68/especial.

_____. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores

Associados, 2005. p. 77-96.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação em ensino em Marx e Engels. In: LUCENA, Carlos; SILVA JUNIOR, João dos reis. (orgs). *Trabalho e Educação no século XXI: experiências internacionais*. São Paulo: Xamã, 2012.

MARTINS, Lígia Márcia. *A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigostkiano*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Manuscrtos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. A Produção da Sociedade. In: IANNI, Octavio. (Org.) *Karl Marx - Sociologia*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1982.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

PADILHA, Augusta. A prática pedagógica no contexto atual. In: MACIEL, Lizete Shizue Bomura; PAVANELLO, Regina Maria; MORAES, Silvia Pereira Gonzaga de (Orgs). *Formação de professores e prática pedagógica*. Maringá: Eduem, 2002. p. 05-14.

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1996.

_____, Demerval. *O lunar de Sepé: paixão, dilemas e perspectivas na educação*. Campinas, SP: autores Associados, 2014.

VAZQUEZ, Adolpho Sanchez. Os homens sujeitos da história. In: _____. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.